

### ÍNDICE

I - INFORMAÇÕES
II - INTRODUÇÃO E OBJETO
III - FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE
IV - PLANEJAMENTO
V - RESULTADO DO CONTROLE
VI - LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL
VII - PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO
VIII - ENTREGA DE INFORME MENSAL AO SAGRES
IX - CONCLUSÃO

## **RELATÓRIO TRIMESTRAL DE CONTROLE INTERNO**

## I - INFORMAÇÕES

Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas Fundo Municipal de Saúde Fundo Municipal de Assistência Social Prefeita Simone Andrade Farias Silva Praça Nossa Senhora do Amparo, 137

Período de Exame: 01.07.2021 a 30.09.2021





### II - INTRODUÇÃO E OBJETO

Em cumprimento ao mandamento Constitucional e as disposições da Lei Complementar n. º 101/2000, Resolução TCE nº 206 de 1º de novembro de 2001, a Coordenadoria de Controle Interno deste Município, criada através da Lei nº 458, de 07 de dezembro de 2001, realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao 3º trimestre do corrente exercício, cujos resultados relatamos abaixo:

### III - FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.

Os trabalhos do controle interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública, assim como respeitou as normas e procedimentos constantes na Resolução n. º 206/2001, de 1º de novembro de 2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Na execução dos trabalhos, foram utilizados, principalmente, as seguintes fontes e critérios:

- Constituição Federal e Constituição Estadual;
- Lei Federal n. º 4.320/1964 Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal n. º 8.666/1993 e alterações Instituem normas para licitações e contratos na Administração Pública;
- Lei complementar n. º 101/2000 Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 023 de 10 de julho de 2020 Diretrizes para o Exercício de 2021 – LDO;
- Lei Municipal nº 037, de 18 de dezembro de 2020 Estima a receita e fixa a despesa para o Exercício Financeiro de 2021 – LOA;
- Lei Municipal nº 007, de 28 de dezembro de 2017, dispõe sobre o Plano Plurianual de Aplicação – PPA, para os Exercícios 2018/2021;
- Resoluções e Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe;
- Portarias da secretaria do Tesouro Nacional.





## Os principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:

- Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no sistema Contábil, confrontando-os com a documentação suporte;
- Conferência de cálculo;
- Exame de processos de despesas;
- · Exame nos Documentos de Receitas;
- Certificação do Repasse da Prefeitura Municipal;
- · Exame nos controles do material permanente;
- · Exame nos controles do material de consumo;
- Exames em Procedimentos Licitatórios, envolvendo Contratos, Termos Aditivos, Adesão a Ata de Registro de Preço, Dispensa Emergencial, Inexigibilidade e Pregão Presencial.
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Exame de Convênios e prestação de Contas;

## Os trabalhos do controle interno abrangem o período de 01.07.2021 a 30.09.2021 e alcançaram as áreas a seguir relacionadas:

- · Orcamento inicial e suas alterações;
- · Execução Orçamentária e Financeira;
- · Contabilidade;
- Licitações;
- · Restos a pagar.

#### IV - PLANEJAMENTO

Orçamento inicial e suas alterações;

O orçamento foi fixado em R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais), assim distribuídos:

46.000,00 <b>47.000.000,00</b>
1.457.800,00
45.496.200,00
47.000.000,00
(4.363.400,00)
377.000,00
50.986.440,00





#### V - RESULTADO DO CONTROLE

### **5.1 DA ANÁLISE FINANCEIRA:**

A Receita orçamentária arrecadada no período totalizou em R\$13.891.764,12 (treze milhões e oitocentos e noventa e um mil e setecentos e sessenta e quatro reais e doze centavos).

FONTES DE RECEITA	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	14.583.199,91
Receita Tributária	642.319,08
Receita de Contribuições	209.788,97
Receita Patrimonial	24.106,78
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	13.703.798,78
Outras Receitas Correntes	3.186,30
RECEITAS DE CAPITAL	493.321,00
Alienação de Bens	93.321,00
Transferência de Capital	400.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00
DEDUÇÃO DO FUNDEB	(1.184.756,79)
Dedução do Fundeb	1.184.756,79
TOTAL	13.891.764,12

As disponibilidades financeiras do órgão, registradas na contabilidade em 30/09/2021, importava em R\$ 3.492.027,65 (três milhões e quatrocentos e noventa e dois mil e vinte e sete reais e sessenta e cinco centavos), assim distribuídos.

	3.44/11//65
TOTAL	3.492.027,65
	2.460.005,00
Bancos c/ vinculada	
Bancos c/ movimento	1.032.022,65
Damas at 1	0,00
CAIXA	0,00

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.





Verificando o demonstrativo que evidencia os saldos extraídos dos extratos bancários, encontramos um total de R\$ 3.312.132,75 (três milhões e trezentos e doze mil e cento e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos). As diferenças entre saldos registrados na contabilidade e aqueles existentes nos extratos bancários encontram-se devidamente informados através das conciliações bancárias.

## 5.2 - RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA:

No que concerne à receita extra-orçamentária do período, observa-se que esta importou em R\$ 1.895.420,36 (um milhão e oitocentos e noventa e cinco mil e quatrocentos e vinte reais e trinta e seis centavos), assim consolidadas e desdobradas:

VALORES RESTITUÍVEIS E COMPENSÁVEIS	NO PERÍODO	ACUMULADO
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	209,25	209,25
REPASSE AO CONIVALES	3.800,61	14.749,51
INSS	723.696,27	2.222.227,59
IRRF	582.071,27	1.831.033,93
IRRF SERVIÇOS	11.030,55	17.794,56
ISS	39.317,26	99.194,87
PENSÃO ALIMENTÍCIA	18.826,28	57.502,77
SINTESE	30.632,54	91.838,42
EMPRESTIMO E FINANCIAMENTOS	10.797,00	10.797,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO BANESE	439.059,81	1.256.763,21
EMPRESTIMO CONSIGNADO BANCO DO BRASIL	1.814,41	2.619,05
FALTAS	1.036,16	2.491,72
DESCONTO SINDISERV	9.393,17	28.392,68
DESCONTO SINDIACSE	2.441,86	7.097,76
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO - CM	302,80	526,35
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF -	20.356,38	60.470,71
CM		
DEPOSITO JUDICIAL	418,50	1.045,25
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	216,24	2.850,07
TOTAL GERAL	1.895.420,36	5.707.605,70





## 5.3 - ABERTURA DE CRÉDITOS:

Foram abertos no período os créditos adicionais no montante de **R\$** 2.701.062,81 (dois milhões e setecentos e um mil e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos), para abertura destes créditos, foram utilizadas as fontes de recursos estabelecidas no art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme detalhamento abaixo:

TOTAL	2.701.062,81
Crédito Especiais	0,00
Créditos Suplementares	2.701.062,81

#### **5.4 RECEITAS E DESPESAS**

ENTRADAS COM DEDUÇÃO DO FUNDEB				
RECEITA		JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
Receita Orçame	ntária	4.636.206,88	5.654.624,28	3.730.526,05
Receita Orçamentária	Extra	634.797,19	676.191,06	585.143,88
Transferência Financeira				
Sub - Total		5.271.004,07	6.330.815,34	4.315.669,93

SAÍDAS (LIQUIDADAS)				
DESPESAS	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	
Despesa Orçamentária	4.288.001,76	4.867.332,17	4.528.634,88	
Despesa Extra Orçamentária	1.256.138,10	515.684,01	683.404,21	
Sub - Total	5.544.139,86	5.383.016,18	5.212.039,09	

MESES	RESU	JMO	
Entradas	JULHO	AGOSTO	05
	5.271.004,07		SETEMBRO
Saídas	5.544.139,86	6.330.815,34	4.315.669,93
Saldo p/o mês	111255,66	5.383.016,18	5.212.039,09
seguinte	-273.135,79	947.799,16	-896.369.16





DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL				
RECEITAS DRÇAMENTÁRIA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	ACUMULADO
L-RECEITA		9		
<b>TOTAL</b>	5.271.004,07	6.330.815,34	4.315.669,93	15.917.489,34
-) R. DE DPERAÇ. DE				
CRÉDITO				
-) R. DE PRIVATIZAÇÕES				
-) R. DE APLICAÇÕES -INANCEIRAS				
-) R. DE AMORTIZAÇÃO				
2-RECEITA				
AJUSTADA	5.271.004,07	6.330.815,34	4.315.669,93	15.917.489,34
	MONSTRAÇÃO DO	RESULTADO PRI	IMARIO E NOMIN	AL
3-DESPESA TOTAL	5.544.139,86	E 202 016 10	E 212 020 00	16 120 105 12
-) ENC. DA	5.544.159,60	5.383.016,18	5.212.039,09	16.139.195,13
DIVIDA INTERNA				
(-) ENC. DA				
DIVIDA EXTERNA				
(-) AMORTIZ. DA DIVIDA INTERNA				
-) AMORTIZ. DA DIVIDA EXTERNA				
-) CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS				
1-DESPESA				
AJUSTADA	5.544.139,86	5.383.016,18	5.212.039,09	16.139.195,13
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL				
5-RESULTADO				
PRIMÁRIO (2-4)	-273.135,79	947.799,16	-896.369,16	-221.705,79
5-RESULTADO	272 125 70	047 700 16	906 360 16	-221 70E 70
NOMINAL (1-3)	-273.135,79	947.799,16	-896.369,16	-221.705,79





### VI - LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL

#### **6.1 DOS GASTOS COM PESSOAL**

Despesa com Pessoal	32.654.462,52
Percentual %	62,01%
Excesso	4.219.526,00
Percentual em relação a RLF	8,01%

De acordo com os valores apresentados na tabela anterior, constatamos que a despesa com pessoal se encontra acima do limite máximo estabelecido no art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000. Desta forma, exercendo o nosso mister, encaminhamos, tempestivamente, Relatório informativo, por meio de comunicação interna, à Prefeita, bem como aos demais Secretários, conferindo-lhes ciência do sobredito excesso, oportunidade na qual ressaltamos a imperiosa necessidade de adoção das medidas previstas nos art. 22, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, promovendo, assim, o fiel cumprimento da lei e a estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública. Realçamos, por oportuno, que os cálculos de gastos com pessoal foram apurados levando-se em consideração o último mês de referência, dezembro, e os onze imediatamente anteriores, de acordo com o art. 18 § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### 6.2 - DESPESAS COM O PODER LEGISLATIVO

O Total da despesa com o Poder Legislativo Municipal, considerando os repasses efetuados até o período em exame, atingiu o montante de R\$ 1.287.734,13 (um milhão e duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e trinta e quatro reais e treze centavos). Assim, levando-se em consideração o valor já transferido e o limite máximo estabelecido pelo art. 29-A, da Constituição Federal (7% da receita do exercício anterior), que equivale a R\$ 1.716.978,80 (um milhão e setecentos e dezesseis mil e novecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), o Poder Executivo não deve efetuar nos meses seguintes





deste exercício, repasses que ultrapasse o valor de R\$ 429.244,67 (quatrocentos e vinte e nove mil e duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

#### 6.3 - GASTOS COM ENSINO

### 6.3.1 - APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Os gastos totais com a manutenção e desenvolvimento do ensino atingiram, até o período em análise, o montante conforme quadro abaixo:

GASTOS COM MANUT. E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			
Valor aplicado na manut. e desenv. Ensino 5.304.8			
Percentual aplicado	26,37%		
Superávit	1,37%		

#### 6.3.2 - FUNDEB

Do total da receita do FUNDEB arrecadada até o período, conforme constatamos no demonstrativo abaixo:

GASTOS COM FUNDEB - 70%		
Total das despesas do FUNDEB	9.349.058,47	
Mínimo do 70% na remuneração do magistério	78,28%	
Superávit	8,28%	

## 6.4 - GASTOS COM SAÚDE

Os gastos totais da administração com ações e serviços públicos de saúde, até o período em análise conforme quadro abaixo:

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE	SAÚDE
Valor aplicado em ações e serviços de saúde	4.148.807,19
Percentual aplicado	21,52%





Superávit 6,52%	%
-----------------	---

O valor aplicado até o período é inferior ao limite mínimo estabelecido pelo art. 212 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 29/2001.

### 6.5 - DOAÇÕES

No período em exame, considerando a despesa efetivamente liquidada, observase que a Prefeitura aplicou recursos da rodem de **R\$18.545,80** (dezoito mil e quinhentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) com doações a pessoas carentes, assim distribuídos:

TOTAL	18.545,80	
Material Distribuição Gratuita	7.991,88	
Outros Auxílios	10.553,92	

Destacamos a existência do art. 26, da Lei Complementar Federal nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que autoriza a destinação de recursos públicos para doações a entes privados.

## 6.6 - DIÁRIAS

No período foram concedidas diárias a servidores e agentes políticos, no valor de **R\$ 2.120,00 (dois mil e cento e vinte reais)**. As diárias são pagas com base nos valores fixados no Decreto Municipal nº 026 de 12 de janeiro de 2017 e na Resolução 297/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

## VII – PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO

#### 7.1 - Bens Móveis

Os bens móveis adquiridos neste trimestre totalizaram **R\$272.850,48** (duzentos e setenta e dois mil e oitocentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos). Verificamos, por amostragem, os bens adquiridos e constatamos que foram devidamente tombados, conforme preceitua a Resolução TCE/SE nº 160/92.







TOTAL	272.850,48
SETEMBRO	8.811,00
AGOSTO	242.934,00
JULHO	21.105,48

#### 7.2 ALMOXARIFADO

No final do trimestre em análise, o Almoxarifado totalizou a soma de R\$ 1.361.146,12 (um milhão e trezentos e sessenta e um mil e cento e quarenta e seis reais e doze centavos), conforme na tabela abaixo:

MÊS	VALOR - R\$	
JULHO	408.515,80	
AGOSTO	446.408,80	
SETEMBRO	506.221,52	
TOTAL	1.361.146,12	

#### **VIII - ENTREGA DE INFORME MENSAL AO SAGRES**

Atendendo a Resolução TCS/SE nº 278/2013, foram entregues os informes mensais deste período, dentro do prazo previsto nesta Resolução, consoante demonstrativo abaixo e Resolução atual nº 305 de 16 de março de 2017 – SAGRES:

ÓRGÃO	COMPETÊNCIA	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	RECIBO	DATA DA ENTREGA
PREFEITURA	FOLHA DE PAGAMENTO 07/2021 PMRD	SAGRES	e99f28f9593da41941972c2 ebeef947d	11/08/2021
PREFEITURA	FOLHA DE PAGAMENTO 08/2021 PMRD	SAGRES	124aa91eb57a15a65dcab9 254fc4b557	13/09/2021
PREFEITURA	FOLHA DE PAGAMENTO 09/2021 PMRD	SAGRES	479a99c45df425b4aa2c981 5d24934f9	14/10/2021
PREFEITURA	PRESTAÇÃO DE CONTAS PMRD 07/2021	SAGRES	a4229731b1be8dd0c81aac 33b9bfe6f8	27/08/2021
PREFEITURA	PRESTAÇÃO DE CONTAS PMRD 08/2021	SAGRES	2334a670ee95313b514186 9c58dcce23	29/09/2021





PREFEITURA	PRESTAÇÃO DE CONTAS PMRD 09/2021	SAGRES	ec5f50636810dac5be1707d 72d627f5b	28/10/2021
PREFEITURA	RREO 3º BIMESTRE	SAGRES	8030	28/07/2021
PREFEITURA	RREO 3º BIMESTRE	SAGRES	8379	30/09/2021
PREFEITURA	RGF 2º QUADRIMESTRE	SAGRES	8381	30/09/2021
PREFEITURA	RCI – 2º TRIMESTTRE	SAGRES	8068	29/07/2021
SAÚDE	FOLHA DE PAGAMENTO 07/2021 SMS	SAGRES	9e1bf08dfe1489937279187 a74072a60	11/07/2021
SAÚDE	FOLHA DE PAGAMENTO 08/2021 SMS	SAGRES	84e15392c7e6c91841ed6fb efabd24a3	13/09/2021
SAÚDE	FOLHA DE PAGAMENTO 09/2021 SMS	SAGRES	808a8076c9adb7f2b440fd1 f48d82ac7	14/10/2021
SAÚDE	PRESTAÇÃO DE CONTAS FMS 07/2021	SAGRES	24c9da29dd8aeef8873e5c5 19f5c6dce	25/08/2021
SAÚDE	PRESTAÇÃO DE CONTAS FMS 08/2021	SAGRES	c05e61c4f2066cb9d412561 51fe9de1c	29/09/2021
SAÚDE	PRESTAÇÃO DE CONTAS FMS 09/2021	SAGRES	21c15602a1507ce3b76759 45152f0fef	26/10/2021
ASSISTÊNCIA	FOLHA DE PAGAMENTO FMAS 07/2021	SAGRES	01d29b20df3eddfa4a6f102 8c50384f5	11/08/2021
ASSISTÊNCIA	FOLHA DE PAGAMENTO FMAS 08/2021	SAGRES	b4da4974df12c0bdf706033 37af89707	13/09/2021
ASSISTÊNCIA	FOLHA DE PAGAMENTO FMAS 09/2021	SAGRES	9e638a568d1e32940db5ba ee840176bb	14/10/2021
ASSISTÊNCIA	PRESTAÇÃO DE CONTAS FMAS 07/2021	SAGRES	67deafd23ac538c8762aae1 7a8555d6f	24/08/2021
ASSISTÊNCIA	PRESTAÇÃO DE CONTAS FMAS 08/2021	SAGRES	84585770ee3e5e005d8d06 c0ad347b7f	29/09/2021
ASSISTÊNCIA	PRESTAÇÃO DE CONTAS FMAS 09/2021	SAGRES	b5472d13a9233923902821 ded42a99f5	25/10/2021



IX - CONCLUSÃO

O desiderato deste exame teve o objetivo de verificar a legalidade das

transações operacionais da Prefeitura Municipal de Riachão do Dantas, de forma

a nos permitir um conhecimento geral acerca do funcionamento deste Poder

Executivo.

Desse modo, o Controle Interno, exercendo função específica de

fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal n. 4.320/64, Lei de

Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e

Patrimoniais, elaborou o sobredito relatório, a fim de subsidiar o Controle

Externo, além de utilizar os dados como parâmetro de melhoria, buscando,

assim, retificar as incongruências e debelar as lacunas.

A fim de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de

sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos

da execução orçamentária, encaminhamos as informações colhidas, as quais

estão condensadas nos itens acima enumerados.

Em remate, afirmar-se que os elementos que serviram de base para a

presente análise e relatório estão devidamente arquivados por este Setor de

Controle Interno, à disposição dos Órgãos de Controle Externo.

Riachão do Dantas, 28 de outubro de 2021.

Marcio Alves Candido

Secretário Municipal de Controle Interno



## <u>CERTIDÃO</u>

Certifico para os devidos fins que, o Relatório de Controle Interno, relativo ao 3º Trimestre do Exercício de 2021, apurou a função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4.320/64, de 17/03/64, bem como às respectivas normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001, de 01/11/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais, obedecendo, portanto, todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a Legislação vigente, a fim de servir de suporte e apoio ao controle Externo, no cumprimento de sua missão institucional.

Riachão do Dantas/SE, 28 de outubro de 2021.

Marcio Alves Candido

Secretário Municipal de Controle Interno